



RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO

Emitente: Câmara Municipal de Muniz Freire/ES

Gestor responsável: GEDELIAS DE SOUZA

Exercício: 2019

APRESENTAÇÃO

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, dos artigos 70 e 76 da Constituição Estadual, dos artigos 54 e 59 da Lei Complementar nº 101/00, do art. 113 da Lei Federal nº 8.666/93, dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 621/2012 (Lei Orgânica do TCEES) e da Resolução nº 227, de 25/08/2011 e suas alterações, bem como a Instrução Normativa nº 28 de 26/11/2013 e suas alterações do TCEES, o presente Parecer Conclusivo de Controle Interno, é exigência da Resolução do TCEES nº 227, de 25 de agosto de 2011, que em seu artigo 4º prevê que deverá integrar a prestação de contas anual o parecer da Unidade Central de Controle Interno dos órgãos referidos no caput do art. 3º da mesma Resolução.

Considerando que, de acordo com a Lei Municipal nº 2.310, de 30 de Agosto de 2013 e a Lei 2.225/2011, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal e em atendimento as normas legais, apresento o Parecer Conclusivo do Controle Interno, referente à Prestação de Contas da Câmara Municipal de Muniz Freire /ES do Exercício de 2017.

Neste parecer contém os resultados obtidos mediante o acompanhamento e a avaliação dos controles existentes, que visam sanar as possíveis distorções porventura existentes entre as normas e os procedimentos adotados nos seguintes setores: Gestão Orçamentária, Gestão dos Repasses; Gestão de Contabilidade; Gestão de Tesouraria; Controles Administrativos e Setor Legislativo.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

Em linhas gerais, nossa responsabilidade é:

I - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração *municipal*, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

II - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

QUALIFICAÇÃO DO CONTROLADOR

NOME: Lenitha Soares da Silva

CPF: 138.908.937-16

RG: 2.037.635-ES

ENDEREÇO: Lino Ribeiro de Assis, s/nº, Centro, Muniz Freire/ES. CEP: 29.380-000.

TELEFONE: (28) 9.99044224

E-MAIL: controladoriainternacmmf@gmail.com

ATO DE NOMEAÇÃO: 005/2017

1. PROCEDIMENTOS DE CONTROLE ADOTADOS

1.1 - Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Durante o exercício foram realizadas análises e os pontos de controle foram analisados através de documentos fornecidos pelo setor, conforme detalhado no ANEXO 1 e 2, bem como a base legal, os procedimentos observados, as conclusões a que chegou a Controladoria Interna nos itens e as observações necessárias.

1.2 - Gestão Patrimonial



Durante o exercício foram realizadas análises e os pontos de controle foram analisados através de documentos fornecidos pelo setor, conforme detalhado no ANEXO 01, bem como a base legal, os procedimentos observados, as conclusões a que chegou a Controladoria Interna nos itens e as observações necessárias.

1.3 - Limites Constitucionais e Legais

Durante o exercício foram realizadas análises e os pontos de controle foram analisados através de documentos fornecidos pelo setor, conforme detalhado no ANEXO 3, bem como a base legal, os procedimentos observados, as conclusões a que chegou a Controladoria Interna nos itens e as observações necessárias.

1.4 - Demais Atos de Gestão

Durante o exercício foram realizadas análises e os pontos de controle foram analisados através de documentos fornecidos pelo setor, conforme detalhado no ANEXO 3, bem como a base legal, os procedimentos observados, as conclusões a que chegou a Controladoria Interna nos itens e as observações necessárias.

2 – INSPEÇÕES

Foram realizadas análises de alguns setores e itens, através de documentos fornecidos e inspeção *in loco*, seguindo o manual de procedimentos desta unidade de controle, avaliando os pontos de controle no setor de recursos humanos, folha de pagamento, entre outros.

A ficha funcional dos servidores e vereadores foi verificada através de amostragens.

3 - CONSTATAÇÕES DAS ANÁLISES REALIZADAS

3.1 – Ponto de Controle: Folha de pagamento e outras



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

PONTO DE CONTROLE	BASE LEGAL	IRREGULARIDADE ENCONTRADA
Setor de Recursos Humanos	Instrução Normativa SRH 001/2015.	No decorrer da inspeção constatamos que dados referentes a informações dos servidores constantes no Setor de Pessoal só existem em meio físico e não estão lançados no Sistema Informatizado, não havendo a unificação dos dados, sendo que, na maioria dos casos, a maneira de se obter informação dos servidores é através de pesquisa junto às pastas funcionais dos mesmos, entretanto, não dificulta à realização do controle visto ser poucos funcionários. Deparamo-nos com a falta de alguns controles quanto à concessão de férias e licença-prêmio, visto que alguns documentos essenciais para este controle, tais como, escala de concessão de férias não é realizado pelos secretários, pelo qual foi



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

		sugerido Que seja elaborado calendário de férias e licença-prêmio principalmente nos casos em que houver 02 (dois) ou mais períodos acumulados.
--	--	---

3.2 – Ponto de controle: Almoxarifado

PONTO DE CONTROLE	BASE LEGAL	IRREGULARIDADE ENCONTRADA
Setor de almoxarifado	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96, Lei 4.320/1964, art. 94.	O Controle Interno conclui que o Almoxarifado possuíam pequenas irregularidades, porém já se encontram sanadas.

3.3 – Ponto de Controle: Transparência

PONTO DE CONTROLE	BASE LEGAL	IRREGULARIDADE ENCONTRADA
Transparência	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Foi publicado no diário oficial o contrato de nº 002/2019, todavia, não tinha uma cópia do registro físico, o que dificultou a verificação. Tal situação já fora repassado ao setor competente e as providências já foram



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

		tomadas.
--	--	----------

3.4 – Ponto de Controle: Transparência

PONTO DE CONTROLE	BASE LEGAL	IRREGULARIDADE ENCONTRADA
Transparência	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Foi verificado que os relatórios de gestão fiscal foram publicados fora do prazo, todavia, tal irregularidade ocorreu por conta da prefeitura, que atrasou para repassar a corrente líquida. A situação já se encontra regularizada.

4. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Em cumprimento ao princípio da publicidade as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Legislativo ficaram disponíveis no próprio Ente e foram devidamente publicadas no site oficial para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

E de acordo com nossos levantamentos não foi constatado nenhum questionamento ou denúncia em relação à legitimidade das mesmas.

5. PARECER CONCLUSIVO



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

Diante do exposto, a Controladoria Interna desta Câmara Municipal de Muniz Freire/ES examinou a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Gedelias de Souza, na função de Presidente da Câmara Municipal, relativa ao Exercício de 2019, com objetivo de:

- I – avaliar o cumprimento das metas previstas na lei de diretrizes orçamentárias e no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado e dos Municípios;
- II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidade de direito privado;
- III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado e dos Municípios;
- IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

No que se refere à legalidade dos atos da gestão orçamentária, financeira no que diz respeito às contas do Poder Legislativo, durante o exercício de 2019, representa, adequadamente, em seus valores referentes, a posição em 31 de Dezembro de 2019, de acordo com os demonstrativos orçamentários e demais documentos contábeis levantados. No que se refere à legitimidade, economicidade, eficácia e demais princípios que devem nortear os atos do presidente da Câmara Municipal, e tendo como base os resultados do acompanhamento consubstanciado no presente relatório, defiro pela REGULARIDADE da gestão praticada pelo Presidente.

É o Relatório e Parecer.

Muniz Freire/ES, 02 de Março de 2020.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

LENITHA SOARES DA SILVA
CONTROLADORA INTERNA – MAT. 84

ANEXO 01

1. Procedimentos de controle adotados pelo controle interno

1.1 - Gestão fiscal, financeira e orçamentária

CODIGO	PONTO DE CONTROLE	BASE LEGAL	PROCEDIMENTO	VISTO	OBS
1.1.1	Despesa pública – criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa – estimativa de impacto orçamentário – financeiro.	LC 101/2000, art. 16.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com o consequente aumento da despesa, avaliar se os atos foram acompanhados de estimativa do impacto orçamentário – financeiro no exercício e nos dois subsequentes e se foram acompanhados por declaração do ordenador de despesas de que o aumento acarretado teve adequação e compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, com a PPO e LDO. .	SIM	Não houve a criação da despesa
1.1.2	Despesa pública – criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa – afetação das metas fiscais.	LC 101/2000, art. 17, §3º	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de despesas de caráter continuado, avaliar se foram observadas as condições previstas no artigo 17, § 1º da LRF e se os efeitos financeiros	SIM	Não houve criação da despesa

			decorrentes do ato praticado não afetarão as metas fiscais dos exercícios seguintes e serão compensados por aumento permanente de receitas ou pela redução permanente de despesas.		
1.1.3	Déficit orçamentário - medidas de contenção	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação	SIM	Não houve déficit orçamentário

			financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário.	SIM	
1.1.4	Execução de despesas - créditos orçamentários	CRFB/88, art. 167, II.	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	SIM	Não houve
1.1.5	Créditos adicionais - autorização legislativa para abertura	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	SIM	Não houve
1.1.6	Créditos adicionais - decreto executivo	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	SIM	Não foram abertos créditos adicionais ou suplementares.
1.1.7	Créditos orçamentários - transposição, remanejamento e transferências.	CRFB/88, art. 167, inciso VI.	Avaliar se houve a transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de	SIM	Não houve o ato sem prévia autorização legislativa

			programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.		
1.1.8	Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza	CRFB/88, art. 167, inciso IX.	Avaliar se houve instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.	SIM	Não houve instituição de fundos
1.1.9	Realização de investimentos plurianuais	CRFB/88, art. 167, § 1º	Avaliar se foram iniciados investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.	SIM	Não foram iniciados investimentos desta natureza
1.1.10	Créditos extraordinários - abertura	CRFB/88, art. 167, §3º	Avaliar se houve abertura de crédito extraordinário para realização de despesas que não atenderam situações imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da CRFB/88.	SIM	Não houve abertura desta natureza
1.1.11	Transparência na gestão - instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO,	SIM	Houve divulgação dos instrumentos.

			LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, pareceres emitidos por Órgãos de Controle Interno e/ou Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.		
1.1.12	Transparência na gestão - execução orçamentária	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no art. 48-A da LRF.	SIM	Foi divulgado.

1.1.13	Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal - elaboração	LC 101/2000, arts. 52 a 55. Portaria STN nº 637/2012.	Avaliar se os demonstrativos fiscais que integram o RREO e/ou o RGF, de publicação obrigatória pelo Poder, foram elaborados em observância às normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.	SIM	Foram elaborados de acordo, porém, os relatórios de gestão fiscal foram publicados fora do prazo, visto que a prefeitura atrasou para repassar o valor da corrente líquida.
1.1.14	Contribuições previdenciárias recolhimento	Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso II.	Verificar se as contribuições previdenciárias (patronal e retida dos servidores) e se os parcelamentos de débitos previdenciários estão sendo recolhidas regularmente e se o registro contábil das contribuições dos servidores e do ente estatal está sendo realizado de forma individualizada.	SIM	Estão sendo recolhidas e contabilizadas de acordo.
1.1.15	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias	LC 116/2003, art. 6º. Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991.	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.	SIM	Estão sendo retidas e recolhidas de acordo.

1.1.16	Pagamento de precatórios	CRFB/88, art. 100.	Avaliar se os pagamentos de precatórios previstos na LOA obedeceram as disposições contidas no artigo 100 da CRFB/88.	SIM	Não há precatórios no Ente.
1.1.17	Pagamento de passivos - ordem cronológica das exigibilidades	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	SIM	Estão sendo pagos .
1.1.18	Cancelamento de passivos	CRFB/88, art. 37, caput. Resolução CFC nº 750/1993.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	SIM	O cancelamento realizado teve comprovação do fato motivador.
1.1.19	Registros contábeis - normas brasileiras de contabilidade	Resolução CFC nº 750/1993 c/c	Avaliar se os registros e as demonstrações contábeis foram	SIM	Foram realizados de acordo.

		NBC-T 16	realizados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.		
1.1.20	Registros bens móveis e imóveis.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	SIM	O Controle Interno conclui que o Almoxarifado possui pequenas irregularidades, porém já se encontram sanadas.
1.1.21	Registro de bens permanentes	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável (is) por sua guarda e administração.	SIM	Estão sendo realizados de acordo.
1.1.22	Despesa - realização sem prévio	Lei 4.320/1964,	Avaliar se foram realizadas	SIM	Não houve despesas sem o prévio empenho.

	empenho	art. 60.	despesas sem emissão de prévio empenho.		
1.1.23	Despesa - liquidação	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	SIM	Os pré-requisitos foram cumpridos.
1.1.24	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	SIM	O pagamento das despesas teve a sua regular liquidação.
1.1.25	Despesa - desvio de finalidade	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Avaliar se houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados.	SIM	No Ente não existiu recursos vinculados.

Visto: "Sim" para o ponto de controle avaliado / "Não" para o ponto de controle que não foi objeto de avaliação

Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

ANEXO 02

1.2 - Gestão fiscal, financeira e orçamentária

CODIGO	PONTO DE CONTROLE	BASE LEGAL	PROCEDIMENTO	VISTO	OBS
1.2.1	Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	SIM	Foram devidamente depositadas.
1.2.2	Registros bens móveis e imóveis.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	SIM	São compatíveis.
1.2.3	Cancelamento de passivos	CRFB/88, art. 37, caput. Resolução CFC nº 750/1993.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	SIM	Os cancelamentos realizados tiveram comprovação do fato motivador.

Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

Visto: "Sim" para o ponto de controle avaliado / "Não" para o ponto de controle que não foi objeto de avaliação

ANEXO 03

1.3 - Limites Constitucionais e Legais

CÓDIGO	PONTO DE CONTROLE	BASE LEGAL	PROCEDIMENTO	VISTO	OBS
1.3.1	Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - fixação	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu ao disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.	SIM	Atendeu ao estabelecido.
1.3.2	Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - pagamento	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se os pagamentos de subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	SIM	Obedeceu ao limite.
1.3.3	Despesas com pessoal - remuneração vereadores	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.	SIM	Obedeceu ao limite.
1.3.4	Poder Legislativo Municipal - despesa total	CRFB/88, art. 29-A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal,	SIM	Obedeceu ao limite.

			Incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5o do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.		
1.3.5	Poder Legislativo Municipal - despesa com folha de pagamento	CRFB/88, art. 29-A, § 1º	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento	SIM	Obedeceu ao limite.

			dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.		
1.3.6	Despesas com pessoal - abrangência.	LC 101/2000, art. 18.	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	SIM	Não houve tal despesa.
1.3.7	Despesas com pessoal - limite	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	SIM	Obedeceu ao limite.
1.3.8	Despesas com pessoal descumprimento de limites - nulidade do ato	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF	SIM	Não houve a prática de atos que provocaram o aumento destas despesas.
1.3.9	Despesas com pessoal - aumento despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato - nulidade do ato	LC 101/2000, art. 21, parágrafo	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal,	SIM	Não houve a prática de atos que provocaram aumento destas despesas.

		único.	expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.		
1.3.10	Despesas com pessoal - limite prudencial - vedações	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	SIM	Não ultrapassou-se o limite.
1.3.11	Despesas com pessoal - extrapolação do limite - providências	LC 101/2000, art. 23.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e,	SIM	Não ultrapassou-se o limite.

			no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 foram adotadas.		
1.3.12	Despesas com pessoal - expansão de despesas - existência de dotação orçamentária - autorização na LDO	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I - de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II - de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia	SIM	Houve observância da exigência legal.

			mista.		
1.3.13	Despesas com pessoal - medidas de contenção	CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º	Havendo extrapolação dos limites prudencial e máximo estabelecidos pela LRF para despesas com pessoal, avaliar se as medidas de contenção previstas no artigo 168 da CRFB/88.	SIM	Não houve extrapolação do limite.
1.3.14	Obrigações contraídas no último ano de mandato	LC 101/2000, art. 42.	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no	SIM	O titular do Poder não contraiu tais obrigações.
			exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.		

Visto: "Sim" para o ponto de controle avaliado / "Não" para o ponto de controle que não foi objeto de avaliação

ANEXO 04

1.4 - Demais Atos de Gestão

CODIGO	PONTO DE CONTROLE	BASE LEGAL	PROCEDIMENTO	VISTO	OBS
1.4.1	Pessoal - função de confiança e cargos em comissão	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	SIM	
1.4.2	Pessoal - função de confiança e cargos em comissão	Legislação específica do órgão.	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	SIM	No Ente não existe tal disposição.
1.4.3	Pessoal - contratação por tempo determinado	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a	SIM	A contratação realizada atendeu à temporalidade e excepcionalidade.

			contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional Interesse público.		
1.4.4	Pessoal - teto	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no Art. 37, Inciso XI da CRFB/88	SIM	Houve observância do dispositivo legal.
1.4.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias	SIM	Os pagamentos de tais despesas observaram a legislação fixada.

			e jetons não autorizados por lei específica.		
1.4.6	Segregação de funções.	CRFB/88, art. 37.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	SIM	Houve cumprimento deste dispositivo.
1.4.7	Dispensa e inexigibilidade de licitação.	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	SIM	Foram observadas.
1.4.8	Despesa - realização de despesas -irregularidades	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	SIM	As despesas realizadas obedeceram à legislação.

Visto: "Sim" para o ponto de controle avaliado / "Não" para o ponto de controle que não foi objeto de avaliação.